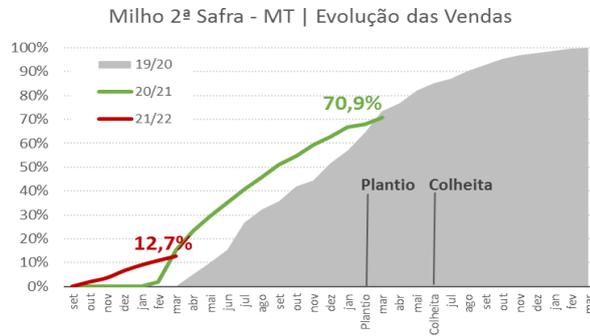
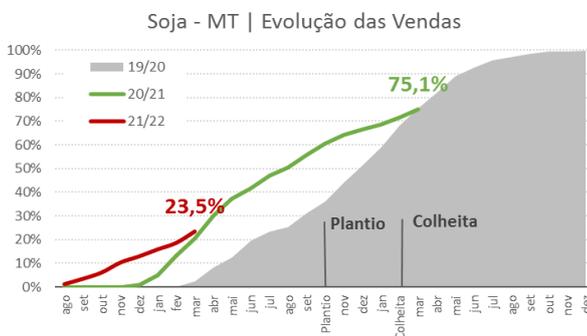


MERCADO AGROPECUÁRIO

Com a evolução da colheita da soja, produtores do Mato Grosso intensificam as vendas – Segundo os [dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária \(IMEA\)](#) divulgados em 8 de março, 75,1% da soja que está sendo colhida no estado já foi vendida. Somente no mês de fevereiro, cerca de 4% da safra foi comercializada. Os bons preços incentivam também a venda da nova safra, que começará a ser semeada apenas em setembro de 2021; 23,5% da safra 2021/2022 já foi vendida. Com o avanço da colheita de soja e queda da taxa de câmbio, os preços da soja registraram queda de quase 2% durante a semana em Paranaguá (R\$ 177,00/sc), segundo o indicador Esalq/B3, mas permanecem em patamares elevados.

No milho 2ª safra, o momento é de cautela – Com chuvas abundantes em fevereiro, os produtores têm reduzido o ritmo de vendas de milho no Mato Grosso e concentrado os esforços nas operações de plantio. De acordo com [os dados do IMEA](#), 70,9% da safrinha que está sendo semeada já foi vendida. Assim como na soja, os bons preços incentivam negócios para a próxima safrinha. Um ano antes de iniciar o plantio da safrinha 2021/2022, os produtores do Mato Grosso já comercializaram 12,7% do milho. Apesar da queda da taxa de câmbio e dos preços internacionais de milho, o indicador do milho Esalq/B3 acumula alta na semana de 08 a 12/03. O cereal está sendo cotado acima de R\$90/saca, valor recorde na cotação do indicador.



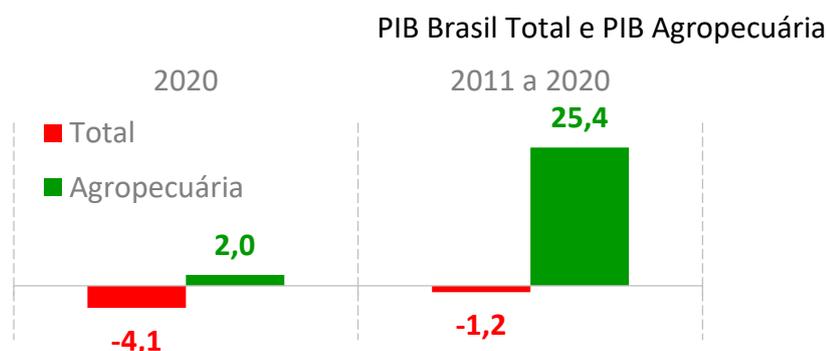
Fonte: IMEA. Elaborado pela SUT/CNA.

Estimativas de safra apontam recorde na produção de grãos – [O levantamento de março da Conab](#), publicado em 11/03, estima produção de grãos na safra 2020/2021 de **272,3 milhões de toneladas**, 6% a mais ou 15,3 milhões de toneladas a mais que na safra 2019/2020. Em relação à estimativa de fevereiro, houve aumento de 3,9 milhões de toneladas. Destaque para a estimativa de produção de milho, de 108 milhões de toneladas, e da soja, de 135,1 milhões de toneladas, aumento de 2,5 milhões e 1,3 milhão de toneladas, respectivamente.

Relatório do USDA é positivo em relação à demanda de soja e milho no mercado internacional – [A publicação](#) que estima o balanço de oferta e demanda mundiais de produtos agrícolas, divulgado pelo USDA em 09/03, mantém o cenário de crescimento da demanda pelas principais *commodities*. A demanda mundial da soja na safra 2020/2021 é estimada em 371 milhões de toneladas, alta de 4,1% em relação à safra passada. A recomposição do rebanho suíno na China e as estimadas de crescimento da economia mundial em 2021 sustentam as estimativas positivas. Para o milho, o destaque do relatório do USDA está relacionado à importação chinesa. A elevação dos preços domésticos na China levou ao aumento das compras no mercado internacional. Apesar do crescimento da produção pelo segundo ano consecutivo, a oferta deve ficar abaixo da demanda mundial de milho, o que sustentará a elevação dos preços no mercado internacional.

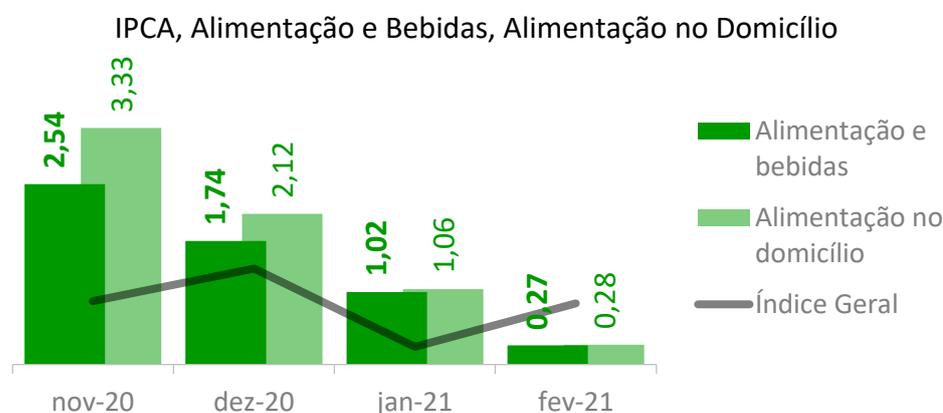
Indicador de preço da OIC demonstra aumento pelo quarto mês consecutivo – Os dados do **[Relatório Mensal da Organização Internacional do Café \(OIC\)](#)**, divulgado em fevereiro, reforça a alta de preços do café, resultado da contração da oferta e expectativa de safra menor no Brasil, em função da bialidade negativa e déficit hídrico. Para as exportações globais de café, a OIC indica aumento de 3,7%. Os embarques brasileiros apresentaram o melhor desempenho entre todas as origens produtoras, ultrapassando 3,2 milhões de sacas em fevereiro, 9% a mais que no mesmo período de 2020, segundo **[relatório mensal do Cecafé](#)**. Em relação ao mercado interno, o indicador **[Cepea/Esalq](#)** sustentou na semana preços acima de R\$ 730/saca.

Produto Interno Bruto (PIB): não tem década perdida para a agropecuária – Segundo os dados publicados pelo IBGE, o PIB da agropecuária cresceu 25,4% de 2011 a 2020, enquanto o PIB brasileiro encolheu 1,2%, mais uma “Década Perdida”. Em 2020, o PIB do Brasil reduziu 4,1% em relação a 2019, o pior resultado desde 1990, quando a queda foi 4,35%. O setor agropecuário apresentou crescimento (2%), mesmo diante dos impactos da pandemia em 2020.



Fonte: IBGE. Elaboração: SUT/CNA.

Inflação dos alimentos continua desacelerando em fevereiro – Fevereiro de 2021 seguiu a tendência de desaceleração da inflação dos alimentos iniciada em novembro de 2020, com alta de 0,28% na alimentação no domicílio, enquanto o IPCA foi de 0,86%, no mês. O IPCA acumulado no primeiro bimestre é 1,1% e acumulado em 12 meses é de 5,2%. Como resultado do primeiro ano de pandemia (últimos 12 meses), e dos seus impactos sobre a cotação do dólar e sobre os custos de produção, alimentos e bebidas aumentaram 15%, alimentos no domicílio, 19,4%, e alimentação fora do domicílio, 4,9%.



Fonte: IBGE. Elaboração: SUT/CNA.

INFORME SETORIAL

Convênio ICMS 100/1997 é renovado com mudanças – O Comitê Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) prorrogou hoje (12/03) o Convênio ICMS 100/1997 **até 31/12/2025**. Entretanto, a prorrogação não vale para todos os insumos agropecuários. O CONFAZ definiu que os fertilizantes terão tributação diferente dos outros insumos. A partir de 1º de janeiro de 2022, será aplicado 1% de ICMS sobre as vendas desse insumo, adicionando-se mais um ponto percentual ao ano até 2025, totalizando uma alíquota de 4%, tanto nas operações internas quanto nas interestaduais. Os Secretários de Fazenda argumentaram que a medida busca maior isonomia tributária e fomentará a produção dos fertilizantes nacionais, reduzindo, assim, a dependência externa. A CNA aguarda a publicação no Diário Oficial da União para analisar juridicamente se a decisão viola dispositivos da Constituição, tais como o direito fundamental à alimentação, o valor da segurança jurídica e a regra da não-cumulatividade do ICMS.

PEC 186/2019 (Emergencial) – O Congresso Nacional aprovou a PEC 186/2019, chamada de PEC Emergencial. Com a aprovação da emenda à Constituição, a União, os estados e municípios deverão adotar uma série de medidas para controle dos gastos públicos. A PEC também libera R\$ 44 bilhões (fora do teto dos gastos) para o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial. O pagamento, no entanto, depende de edição de medida provisória pelo Governo Federal, estabelecendo prazo, valores e beneficiários. Segundo estimativas, o auxílio será entre R\$ 175 e R\$ 350 mensais, por quatro meses. A medida traz, ainda, a intenção de redução de subsídios tributários atualmente concedidos, que hoje somam o equivalente a 4,5% do PIB brasileiro. De acordo com a proposta do Governo Federal, ao final de quatro anos, os subsídios tributários cairão para 2,5% do PIB. Importantes programas de desonerações tributárias foram mantidos (produtos da cesta básica, Zona Franca de Manaus, empresas do Simples Nacional).

Entretanto, atuais desonerações ou reduções de alíquotas, como a redução da alíquota incidente na contribuição previdenciária rural (FUNRURAL), promovida pela Lei 13.606/2018, correm o risco de ser impactadas. Isso depende de novo ato do Poder Executivo. Outra preocupação do setor agropecuário em relação à PEC é a possibilidade de redução de novos recursos para equalização da taxa de juros do crédito rural (Plano Agrícola e Pecuário), subvenção ao prêmio do seguro rural e também possíveis novas renegociações de dívidas do setor agropecuário.

Projeto de Lei 5829/2019, que evita a cobrança tarifária elevada na autogeração de energia renovável, como a energia solar fotovoltaica e oriunda da biodigestão, é pauta prioritária da CNA – Durante a semana, a CNA debateu com associações do setor elétrico e entidades do agro a importância de garantir o desenvolvimento da micro e minigeração distribuída. O substitutivo do relator do PL, Deputado Lafayette Andrada (Republicanos/MG) traz segurança jurídica, cria regra de transição para a cobrança tarifária, define cobrança justa pelo uso da rede e, acima de tudo, garante o desenvolvimento sustentável do mercado de geração distribuída (GD). A GD é um dos maiores mercados em potencial para os produtores, que buscam redução de custo, melhoria da qualidade e maior eficiência energética, utilizando-se da energia solar fotovoltaica, de biomassa ou mesmo energia eólica e pequenas centrais hidrelétricas. A CNA ainda trabalha em melhoria via emendas parlamentares.

Solicitação de extensão da janela de plantio do ZARC de milho 2ª safra – Em função do atraso do plantio do milho 2ª safra, e dos potenciais impactos sobre a oferta do cereal em 2021, a **CNA solicitou ao MAPA a extensão por dez dias do período de plantio indicado pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)**. Além da solicitação, a CNA tem realizado reuniões com o MAPA, Banco Central e associações de produtores para discutir melhorias no Zoneamento. O objetivo da solicitação de extensão do ZARC é garantir o direito à subvenção ao prêmio do seguro rural e à indenização no caso de perdas de produção, além da cobertura do Proagro.

Participação dos produtores na remuneração dos Cbios foi pauta da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar da CNA – Os produtores, que são fornecedores de matéria-prima para as indústrias de beneficiamento, até o momento, não compartilham dos ganhos financeiros do ativo. Entre as ações da **CNA** para o tema, a entidade apoia a aprovação do PL 3.149/2020 no Congresso Nacional, que inclui os produtores independentes de matéria-prima destinadas à produção de biocombustíveis. Estimativas de safra e a nova Norma Regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho também foram discutidas.

Funcafé é mantido entre as exceções de corte orçamentário - em votação da PEC Emergencial (**PEC 186/2019**) no Plenário do Senado, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi do rol de fundos que estavam sujeitos a cortes orçamentários. A CNA trabalhou ativamente na mobilização para aprovação da emenda que propôs a preservação dos recursos do Fundo.

OIE apresentou parecer favorável para a retirada da vacinação contra febre aftosa em vários estados brasileiros – A Comissão Científica da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) apresentou **parecer favorável para a retirada da vacinação contra febre aftosa** nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Acre, Rondônia e partes do Mato Grosso e do Amazonas. O estado do Paraná também recebeu parecer favorável para ser reconhecido como livre de Peste Suína Clássica. A ação é resultado do árduo trabalho do setor público e privado do Brasil, tanto no âmbito nacional quanto estadual, em prol do fortalecimento da defesa

sanitária brasileira. O próximo passo é a votação do parecer na Assembleia Geral da OIE, que ocorrerá em maio deste ano. Com o reconhecimento da OIE, o Brasil demonstrará ao mundo a qualidade de seu rebanho e tem o produtor terá a possibilidade de acessar mercados que agregam maior valor e exigem produtos oriundos de país livre de febre aftosa sem vacinação. O Brasil continua trabalhando para que todo o território nacional seja declarado livre de febra aftosa sem vacinação e para ampliar a zona livre de Peste Suína Clássica.

CNA, MAPA e CFVM lançam o Prêmio Pecuária Saudável – A CNA, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), lançou o Prêmio Pecuária Saudável. O objetivo do Prêmio é reconhecer, premiar e disseminar boas práticas voltadas à educação e comunicação social com o produtor rural em apoio às ações de defesa sanitária animal. O concurso analisará projetos que estão em andamento ou já foram encerrados. O projeto vencedor será a base para elaboração de um projeto nacional de comunicação social, inicialmente focado na retirada da vacinação contra febre aftosa em todo território nacional e, posteriormente, para demais enfermidades de importância para a defesa sanitária brasileira e para o produtor rural. As inscrições são gratuitas e já estão abertas no site <https://www.cnabrasil.org.br/paginas-especiais/premio-pecuaria-saudavel>. O prazo para envio dos projetos é **até 30 de abril**.

CNA e EMBRAPA encerram o Projeto BIOMAS e lançam o Projeto PRAVALER – Os principais resultados do Projeto Biomas foram apresentados no dia 10/03, em evento promovido pela CNA e EMBRAPA. O Projeto Biomas foi criado em 2010 com o objetivo de desenvolver estudos e experimentos para viabilizar soluções para a proteção, a recuperação e o uso econômico e sustentável de reservas nas propriedades rurais nos seis biomas brasileiros. No mesmo dia, a CNA e a EMBRAPA lançaram o Projeto PRAVALER, que levará os resultados do Projeto Biomas ao campo. O PRAVALER apoiará o processo de elaboração do Programa de Regularização Ambiental (PRA) dos estados e também mostrará ao produtor como alcançar a regularização ambiental prevista no Código Florestal Brasileiro.